

# d. teresa, mulher e governante do século xii

**Data:** 26/10/96

**Tema:** D. Afonso Henriques e a sua época

La forme de la reine fut fixée de la façon suivante. En effet, sur un trône est placée une belle dame, avec une couronne d'or sur la tête et enveloppée d'un beau manteau. Elle est placée à gauche du roi pour les embrassades de son mari.

in Jacques de Cessoles, *Le Livre du Jeu d'Échecs*

O interesse que a historiografia dedicou a dona Teresa prende-se, antes de mais, com o facto de ter sido ela a mãe do primeiro rei de Portugal. Para além disso, no entanto, esta filha de Afonso VI foi também governante, durante dezasseis anos, do território a partir do qual o reino viria a formar-se. Sozinha e ao lado de Fernão Peres de Trava, D. Teresa dirigiu e manteve independente o condado portugalense após a morte do conde D. Henrique, no desenrolar de uma conjuntura em que a ameaça do poder Almorávida conferia particular importância à defesa das suas fronteiras meridionais.

A importância histórica que lhe é conferida, resulta assim, em grande parte, de um acontecimento que lhe foi póstumo ¾ a constituição do reino independente de Portugal.

Para além da trama política que envolveu o período do seu governo, e mesmo esta está ainda pouco clara em alguns pontos, muito pouco se conhece de D. Teresa. Da sua personalidade e da sua vida privada, sobre as quais pouco podemos dizer que seja fundado em factos indelmentáveis, parecem ter ficado para a posteridade sobretudo acontecimentos e episódios menos agradáveis de recordar a uma historiografia preocupada com a glória das origens portuguesas.

A ilegitimidade de D. Teresa é assumida por toda a historiografia medieval, que a aponta como filha de Ximena Moniz, provavelmente companheira de Afonso VI depois da morte da rainha Inês, e antes do casamento com Constança de Borgonha. Nestes textos, a qualidade do sangue de dona Ximena é implicitamente vista como condição suficiente para que Teresa estivesse em posição de desposar o conde Henrique da Borgonha.

Obras mais recentes, como as de André de Resende, Frei António Brandão ou D. José Barbosa, no entanto, dedicaram-se a tentar demonstrar que Ximena não fora concubina, mas antes mais uma das esposas legítimas de Afonso VI.

Também as relações que dona Teresa manteve com os condes de Trava foram abordadas com particular cuidado pela historiografia recente, a partir do século XVII, tendo sido a união com Bermudo Peres, relatada pelos livros de linhagens, frequentemente ignorada ou apresentada como mera fantasia.

Mas desta mulher, como de quase todas as suas contemporâneas, mesmo grandes damas ou rainhas, pouco ou nada sabemos. As cartas dadas durante os anos em que governou são o mais perto dos seus actos que é possível chegar; as fórmulas que nelas acompanham o nome de Teresa, os raros adjetivos que lhe surgem associados, a frequência com que se auto-intitula "infanta" ou "rainha" são, em muito, a base sobre a qual se construiu o seu retrato.

Todos os documentos que serviram para construir a imagem de Teresa, crónicas, gestas, hagiografias, livros de linhagens, dão dela uma imagem necessariamente deformada: todos foram escritos com um determinado objectivo que não o de perpetuar a sua memória em particular. Todos foram escritos por homens e quase todos por clérigos. Cada um destes textos, finalmente, foi escrito com um objectivo específico, para além do de narrar os feitos de grandes reis, cavaleiros ou santos: o de ser lido ou cantado, para uma audiência que nele pudesse encontrar e confirmar a lógica subjacente à vida e à função do seu grupo no interior da sociedade. Em que os santos agissem como santos, os cavaleiros como cavaleiros, as rainhas como rainhas. E quando assim não fosse, o castigo era certo.

Nada menos importante para estes homens, então, do que pintar Teresa com as suas cores verdadeiras. O que podemos e devemos procurar nas linhas que lhe são dedicadas são as atitudes e as sensibilidades de quem as escreveu, a sua forma de olhar o mundo. É nesse olhar que poderemos discernir que lugar ocupavam e o que era esperado das rainhas e grandes damas no século XII.

A imagem de dona Teresa que procuramos compõe-se, assim, a partir das histórias de que foi personagem, mas também das vidas de outras rainhas, e tanto mais quanto mais próximas, no tempo e no espaço, estas lhe forem.

Passaremos de seguida a analisar de que modo esta rainha é descrita pelas fontes dos séculos XII a XIV comparando, quando as semelhanças parecerem significativas, a sua trajectória com a de outras personagens femininas.

Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, dona Teresa, para além das referências à sua ascendência e ao casamento com o conde dom Henrique, surge como personagem da parte alusiva à origem dos reis de Portugal, texto que foi indirectamente adaptado da chamada *Gesta de Afonso Henriques*.

A rainha Teresa que aqui nos surge, firmemente acompanhada por Fernão Peres (referido como seu marido) tenta manter o governo do condado, que como ela própria afirma, lhe pertence por lho ter deixado seu pai. A forte oposição que apresenta a Afonso Henriques é o principal traço que esta narrativa lhe confere; a célebre maldição que lança sobre ele, e que o levará à quase imobilidade para o resto dos seus dias, a maior demonstração do seu poder e, simultaneamente, o castigo justo para o filho que desrespeitara a mãe, prendendo-a com correntes e mantendo-a assim apesar das ordens da Igreja. São as palavras de D. Teresa contra o filho que permitem, no final da narrativa, a justificação do desastre de Badajoz. A maldição é, assim, essencial para o desfecho da narrativa, porque explica o ferimento e a prisão de Afonso Henriques desresponsabilizando-o da derrota sofrida, mas também porque repara a ofensa que este fizera à sua mãe, Teresa, humilhando-a e separando-a do seu amante.

Este tipo de moralização final surge de forma semelhante numa outra narrativa, esta já do século XIII que, tal como a *Gesta*, foi incluída no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro: trata-se da lenda de Gaia, cujos contornos não cabe aqui descrever, mas na qual uma rainha, Aldora, é morta pelo marido, Ramiro, em consequência das palavras que sobre ela dissera o infante Ordonho, filho de ambos. A seguir à descrição da morte da rainha, e ainda que esta não tivesse proferido quaisquer palavras ameaçadoras contra o filho, o texto informa-nos de que *por este peccado que disse o ffante dom Ordonho contra sa madre disserom depois as gentes que por esso fora deserdado dos poboos de Castela*.

As duas rainhas, Aldora e Teresa, claramente apresentadas por estas narrativas como figuras malignas ou mesmo traidoras, cabe no entanto o direito de serem vingadas pelo destino das injúrias praticadas ou proferidas pelos seus filhos.

A relação de dona Teresa com os Trava é também alvo de descrições e comentários dos cronistas. O texto da *Gesta* refere-se apenas à união com Fernão Peres, descrevendo-o como o *melhor homem d'Espanha que rei nom fosse*. De acordo com Luís Krus, a descrição do prestígio do conde tem uma dupla função: por uma lado, a de justificar a união com uma mulher como Teresa, filha do rei Afonso VI e herdeira viúva do Condado Portucalense e, por outro, menos relevante para o tema que aqui nos ocupa, a de realçar a força do padrao de Afonso Henriques, tornando assim mais significativa a vitória deste em São Mamede.

Herdeira de um importante território, viúva e ainda jovem, Teresa representava, à morte de dom Henrique, um partido muito desejável para os grandes nobres de Portugal e Galiza, que nela viam a possibilidade de alcançar o governo do condado.

Da relação da condessa com Bermudo pouco nos dizem os textos, que a referem de forma breve mas nitidamente depreciativa, explicando apenas que o conde casara com a condessa viúva, e que está fora impunemente raptada por Fernão Peres, que por sua vez a desposara, *sem Deus e sem direito*. Aos olhos da Igreja, a união com o segundo conde era impraticável: Fernão Peres, como nos diz a *Historia Compostelana*, abandonara a esposa legítima para *viver em adultério* com Teresa e esta, por sua vez, estaria a praticar o incesto unindo-se a um irmão do anterior marido.

Para vingar a perda da primeira mulher, segundo os *Livros de Linhagens*, e bem dentro da lógica das narrativas da época, Bermudo casa depois com Urraca Henriques, filha de Teresa e do falecido conde, que estaria entregue aos seus cuidados.

Também a *Vida de São Teotónio* refere a ilegitimidade da união entre Teresa e Fernão Peres, contando como o santo os expulsara certa vez da igreja de Viseu, *porque estauão mal cazados*.

Como Teresa, e com intensidade redobrada, a rainha Urraca, sua irmã, é censurada pelas crónicas por se ter ligado intimamente a vários homens, sendo um deles o conde Pedro de Lara, pai de Bermudo e Fernão Peres, do qual teria tido, segundo a *Historia Compostelana, filhos e filhas, fruto do dito adultério*. As vicissitudes das relações que manteve são descritas pelos cronistas como motivo, em alguns aspectos, do seu desastroso governo. As reconciliações e desavenças com Afonso I de Aragão, a morte do amante dom Gomes em consequência dos ciúmes que dele sentia Pedro de Lara, a revolta dos *nobres barões de Castella e de Leon* por verem como *sua senhora era por elle cayda, en muy mao prez e desonrrada fama*, querendo desposar um homem de condição inferior, finalmente os conflitos com o filho Afonso Raimundes, em muito semelhantes aos de dona Teresa e Afonso Henriques, são razões apontadas para a desorganização que imperava nos reinos de Leão e Castela.

A morte de Urraca, segundo o *Chronicon Compostellanum*, teria ocorrido durante o parto de mais um filho bastardo. Provavelmente uma invenção, visto que a rainha contava já 46 anos quando faleceu (em 1126), este facto não deixa de salientar a hostilidade com que quase todos os cronistas se referem à filha do glorioso conquistador de Toledo. É esta, de resto, a atitude patente na grande maioria das fontes que se referem tanto a Urraca como a Teresa.

A explicação prende-se com a proveniência dos textos e os interesses particulares daqueles que os produziram. Naturalmente adversos ao género feminino, os clérigos são, à partida, pessimistas quanto às possíveis consequências do governo de uma mulher. São eles, por outro lado, os autores da quase totalidade dos relatos que aqui usamos. O tom com que é referida a rainha (Teresa ou Urraca, neste caso) varia então conforme os seus objectivos coincidiram ou não com os da instituição que produziu o texto.

Importante é notar, neste campo, que a atitude perante as duas rainhas, bem como a importância que lhes é conferida, varia também, pelos interesses em jogo, entre textos de origem episcopal (como é a *Historia Compostelana*) e os que são da lavra de *scriptoria* monásticos.

A forma mais ou menos depreciativa como são descritas estas mulheres governantes é ainda, por outro lado, algo dependente da origem e formação individual de cada autor.

Consequentemente, observamos que os juízos mais críticos, para além de masculinos e eclesiásticos, são da autoria de clérigos oriundos de fora da Península, estranhos a uma sociedade que, na viragem do século, reconhecia às mulheres mais direitos e poderes, e em que algumas destas reinariam ainda de forma em tudo semelhante aos seus pais e maridos.

O exemplo máximo desta parcialidade é provavelmente a já referida *Historia Compostelana*. O texto, criado com o objectivo de narrar os feitos de Diogo Gelmires, arcebispo de Compostela, abunda em comentários negativos acerca de Urraca (e, por vezes, de Teresa), relacionados com a sua condição de mulher, de onde, depreende o cronista, deriva a incapacidade de governar convenientemente o território.

Ainda relativamente à problemática da união de dona Teresa aos condes de Trava, parece-nos ser importante salientar que o fraco controle que, no século XII, a igreja exerce sobre a celebração dos matrimónios manifesta-se sobretudo ao nível da dissolução das uniões consideradas incestuosas. O casamento é então visto, antes de mais, como um acto social, um contrato entre duas famílias, motivado por interesses precisos e em que os aspectos sentimentais poucas vezes seriam levados em conta. Desta forma, e como salientou José Mattoso, a *união entre D. Teresa e Fernão Peres não era uma questão religiosa, mas civil*; são os textos de proveniência eclesiástica, que tinham do casamento uma concepção mais estreita e rígida (a que veio, progressivamente, a prevalecer), que classificam esta união como adultério e incesto, e não os documentos do seu governo, nos quais o laço conjugal nem sequer é mencionado.

Dispersas por textos de diferentes origens e qualidades, encontram-se referências a outros episódios e factos da vida da rainha Teresa. Desses documentos, daremos em seguida atenção, entre as fontes de arquivo, à diplomática do governo dos condes portucalenses e, das obras historiográficas, a outros excertos das crónicas já citadas e às vidas de São Telo e São Teotónio de Coimbra.

Alguns dos elementos que até hoje serviram aos historiadores para construir a imagem de Teresa foram inspirados na observação das cartas outorgadas durante o seu governo e o de dom Henrique. Dois aspectos, de natureza diversa, foram nestas salientados e referidos: um, mais relacionado com a história política, e que não vamos aqui desenvolver, foi o da frequência com que Teresa, após a morte de Henrique, se intitulou "infanta" ou "rainha". O outro, a referência à condessa pelo seu marido, numa carta de 1108, como *formosíssima e dulcíssima Tharasia* no qual se basearam as tentativas, mais ou menos sérias, de descrever os seus traços físicos e psicológicos.

À luz de estudos mais recentes no campo da história das mentalidades, parece-nos ser importante questionar este segundo aspecto.

Analisando o conjunto dos documentos no qual esta carta se insere, a passagem *dulcíssima Tharasia* parece ser apenas mais uma entre múltiplas variantes usadas na referência à condessa, cuja principal qualidade, essa sim, muito relevante e invariavelmente referida, é a de ser descendente do glorioso imperador Afonso VI. Por outro lado, e num contexto mais geral, é importante lembrar que um atributo como a beleza, mesmo a beleza física, adquire, no contexto medieval, uma pluralidade de significados mais extensa e necessariamente diferente da que lhe atribuímos hoje. Mais uma vez, os documentos não nos informam acerca das características da mulher que foi dona Teresa; transmitem-nos neste caso, quando muito, aquelas que cabiam a alguém na sua posição. Se, pelo contrário, acreditarmos literalmente nestes documentos, chegaremos à conclusão de que as mulheres governantes do período medieval foram, invariavelmente, de rara beleza; como tal são descritas, entre outras, as contemporâneas da rainha portucalense, Urraca, Matilde de Inglaterra e, pouco mais tarde, Leonor da Aquitânia.

Passemos de seguida aos textos historiográficos. Teresa desempenha na crónica de Sahagún um papel secundário, mas os seus gestos revelam uma mulher com objectivos próprios e estratégias bem definidas para os alcançar. Em primeiro lugar, diz-nos o cronista anónimo que, quando Henrique se alia a Urraca, a condessa de Portugal se desloca para junto do marido, começando depois a sugerir-lhe que, antes de continuar a lutar ao lado da sua irmã, devia levá-la a dividir o território já conquistado, de acordo com o pacto que haviam estabelecido. Trata-se de uma passagem que mostra de forma simples aquela que devia ser a principal forma de participação das grandes damas nos assuntos governativos: a sugestão e a pressão sobre os maridos ou outros homens sob cuja autoridade se encontrassem.

Teresa, já viúva, volta a entrar em cena após a segunda reconciliação de Urraca com Afonso de Aragão. Ao ver que a *fortuna* não é favorável à revolta que planeava, *con um saver astuto e yngenioso*, faz saber ao rei como a rainha sua irmã planeava envenená-lo. O resultado é a nova separação do casal, e a *pleitesia e concordia* entre Teresa e o Batalhador.

A *Historia Compostelana* descreve outra intriga urdida pela condessa quando, sitiada no castelo de Lanhoso pelas tropas de Urraca e Gelmires, avisa o arcebispo dos planos que a irmã fazia para o prender e oferece-lhe a sua protecção, vindo, algum tempo mais tarde, a estabelecer com ele e Afonso Raimundes uma aliança.

Estas estratégias, ainda que sirvam para atingir objectivos políticos, são, e este é um aspecto que nos parece particularmente relevante, extremamente "femininos", no sentido em que a própria época entendia o termo: Teresa leva com palavras o marido a exigir de Urraca a divisão das terras conquistadas e recorre à intriga para virar Afonso Raimundes e Diogo Gelmires contra a sua irmã.

O texto compostelano, no tom misógino que o caracteriza, volta a seguir os passos de dona Teresa após a morte da rainha de Castela, quando alguns condes asturianos, leoneses e galegos aproveitam para se revoltar contra o herdeiro Afonso Raimundes. Entre eles encontra-se a *rainha de Portugal* que, deixando de reconhecer a soberania de Afonso VII, *poderosa em homens, armas e riquezas*, atacara a fronteira da Galiza.

De entre as vidas dos santos contemporâneos de dona Teresa, destacamos aqui as do fundador e do primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dom Telo e São Teotónio. O papel desempenhado por Teresa é diferente em cada um destes textos: enquanto que o primeiro nos oferece dela uma visão positiva, naturalmente derivada do seu apoio aos interesses do santo e da sua comunidade, no segundo são as virtudes do biografado que sobressaem em cada pequeno episódio, servindo a menção da rainha, entre outras personagens, para acentuar a sua autoridade e o respeito que por ele tinham os *principes da terra*.

A *rainha* Teresa e o *conde* Fernão Peres são referidos pelo biógrafo de dom Telo a propósito da escolha de um novo bispo para Coimbra. Segundo o texto, ambos *trabalhavam* para que este fosse eleito, o que teria acontecido caso não se tivesse dado entretanto a transição do poder para as mãos de Afonso Henriques. Este facto condicionou também, provavelmente, a possibilidade de Teresa ceder a João Peculiar o terreno em que viria a ser construído o mosteiro de Santa Cruz; diz-nos o texto que a concessão não se fez porque *ela estaua toruada e as cousas nom se faziam aa sua vountade, e ela nom era de todo em sua liberdade*.

Na *Victoria Santi Theotonii*, a seguir à passagem já descrita, em que o santo expulsa Teresa e Fernão Peres da igreja, o autor conta-nos que a rainha, impaciente, estando um dia à espera do início da missa, manda dizer a S. Teotónio, o celebrante, que se *despachasse* e que fosse rápido com a cerimónia. Segue-se a descrição da repreensão por parte do clérigo e do arrependimento da rainha, que se lança aos seus pés chorando e pedindo perdão. A relação de São Teotónio com Teresa parece ser bastante diferente daquela que terá mantido com a mulher de Afonso Henriques, também referida pelo texto. Dona Mafalda é descrita com palavras elogiosas; as *perseguições* que fazia ao prior, levada pela curiosidade sobre o que se passaria no interior do mosteiro, são apenas dissuadidas com as *cortesias palavras* do santo, e não da forma autoritária que marcara os seus desentendimentos com Teresa.

Uma tentativa de analisar a imagem de dona Teresa na sua própria época não pode fazer-se sem antes se conhecer, numa perspectiva mais geral, o papel que cumpria à mulher que se tornava rainha, as suas obrigações e o que dela era esperado. Na historiografia recente norte-americana e inglesa, os estudos dedicados a estes aspectos, e ao conhecimento do percurso individual de cada uma destas mulheres, são reunidos sob o tema *Medieval Queenship*, designação sem equivalente em Português pelo reduzido número de trabalhos até agora dedicados ao assunto, particularmente no que se refere aos primeiros séculos do período medieval.

Fazendo em seguida uma breve síntese dos atributos que, neste período, a civilização cristã relacionava com a figura da rainha, estaremos necessariamente a ignorar as variantes regionais, por vezes muito significativas, mas, por outro lado, a deixar algumas pistas para a compreensão dos olhares sobre dona Teresa que nos deixaram os seus contemporâneos.

Convém, antes de mais, lembrar que quando, nos inícios do século XII, o governo de um determinado território é assumido por uma mulher, isso acontece apenas por estrita necessidade, face à inexistência ou menoridade de um herdeiro varão que preencha legitimamente o lugar de comando ou devido à ausência prolongada do seu titular.

O governo de uma mulher é sempre uma espera, mais ou menos longa, por um novo marido, pelo nascimento ou pela idade suficiente de um filho que a venha libertar de uma função que excede as capacidades naturais das filhas de Eva. Mas por vezes a espera é longa, o casamento não implica a perda do poder individual sobre o território, ou a mãe não está disposta a cedê-lo ao filho que o reivindicava. Teresa e Urraca Afonso na Península Ibérica ou a imperatriz Matilde em Inglaterra são exemplos contemporâneos de algumas destas situações.

O poder da rainha é então algo que não lhe é próprio, mas antes delegado, seja através do sangue paterno, do matrimónio, ou da sua condição de mãe do futuro monarca. Precário no tipo e no tempo, o seu poder é também incompleto quanto às funções desempenhadas. Numa sociedade em que predominam os valores da aristocracia guerreira, a mulher está à partida excluída de actividades essenciais como os combates e a caça.

Para governar, a mulher deve ultrapassar a fraqueza que a caracteriza, e a instabilidade que a faz oscilar entre um e outro partido. As qualidades políticas que eventualmente mostre são vistas por aqueles que a rodeiam como favor divino: *Deus*  $\frac{3}{4}$  diz o bispo Yves de Chartres à rainha Matilde  $\frac{3}{4}$  *fez entrar a força viril no teu peito de mulher*. A boa rainha deve perder a sua feminilidade, domesticar a sua natureza "transformando-se" num homem. Fora do círculo das *donas* que a acompanham nas tarefas femininas, aconselha-se com os seus cavaleiros e protectores, círculo de um pai ou marido já morto ou por ela escolhidos em função das circunstâncias políticas.

Chegada ao momento de transferir o poder ao herdeiro, o desejo de o manter para si transforma-a na encarnação da soberba, rebelde à ordem que preside a tudo e a todos, e sujeita, por isso, ao castigo: Teresa e Urraca são presas pelos filhos e por eles separadas dos seus amantes. Desentendidas, sobretudo a segunda, com a divindade, não consta que nenhuma delas tenha gozado da reconciliação final de que beneficiavam os grandes homens e mulheres, vestindo o hábito religioso na preparação da morte. Se os textos não nos deixaram uma descrição dos últimos momentos de Teresa, os de Urraca, por outro lado, são alvo de vários relatos imaginários, dos quais se salienta o da *Crónica Geral de 1344*. Aí se conta que a rainha, *como mulher endiabrada e chea de soberba*, tentando roubar os ornamentos de uma igreja, morre miraculosamente  $\frac{3}{4}$  *quebrou per meo do corpo e morreo maa morte*  $\frac{3}{4}$  no momento em que atravessava a porta para sair do templo.

Venerada pela qualidade do sangue que lhe corre nas veias, a rainha, sobretudo quando viúva, deve preservar a sua posição mantendo-se casta ou tomando um novo marido da sua condição. Aqui se enquadram a já referida alusão ao prestígio de Fernão Peres aquando da sua união com Teresa e o descontentamento dos castelhanos e leoneses face ao projecto de Urraca de casar com o seu vassalo Pedro de Lara. Os textos mostram-nos a maior fragilidade de uma mulher sozinha: descreve o anónimo de Sahagún, por exemplo, os ciúmes que Urraca sente da irmã Teresa ao vê-la *sobressair* graças à companhia de Henrique, enquanto que ela própria se encontrava *desamparada*, em consequência da morte do primeiro marido e dos desentendimentos com o segundo. Conta-nos o cronista compostelano, no tom crítico que sempre usa para se referir à rainha, que esta, enquanto Afonso de Aragão atacava vários pontos do seu reino, *como mulher só e sem marido*, não sabia como resolver os *tumultuosos assuntos* que se lhe apresentavam.

Também as rainhas que não governam de forma independente assumem funções específicas e exercem junto dos seus maridos uma influência por vezes grande ao ponto de ser alvo de críticas. D. Afonso VI, por exemplo, teria sido demasiado dependente dos conselhos da sua irmã Urraca, consultando-a para *todo o que avya de fazer e reger enno reyno*, e isto *lhe avyã todos por mal*.

Em alguns locais e circunstâncias, o mau governo de um rei podia ter consequências negativas para a sua esposa, se ela era vista como detendo sobre ele mais poder do que qualquer conselheiro. Na Hungria, por exemplo, duas rainhas chegam mesmo a perder a vida por esta razão: Gisela, no século XI e Gertrudes, em 1213.

A função primordial da esposa do rei é a geração de herdeiros que perpetuem a linhagem. Uma espera demasiado longa faz pairar sobre a rainha a acusação de esterilidade e pode levar o monarca a "devolvê-la" para tomar outra que cumpra de forma de forma satisfatória o seu papel.

Outros deveres, para além dos que se prendem com a manutenção do paço, são os que se relacionam com a vida religiosa e diplomática.

À rainha piedosa cumpre fundar mosteiros e igrejas, e proteger especialmente aqueles em que se encontram os corpos dos antepassados, por cuja memória ela é a principal encarregada de velar. Em épocas anteriores, a conversão dos maridos pagãos encontra-se também entre as suas atribuições. Já em finais do século XI, Constança de Borgonha pressiona Afonso VI para que este fizesse adoptar o rito romano, pondo fim aos usos religiosos moçárabes.

Cabe-lhe também, sobretudo no norte da Europa, o papel de levar a bom termo as missões diplomáticas que lhe são entregues, fazendo uso da sua influência junto de personagens importantes (em muitos casos, religiosos). A actividade intelectual de algumas cortes, de entre as quais se salienta a da célebre Leonor da Aquitânia, é também, em alguns casos da responsabilidade das suas rainhas, graças à protecção concedida aos letrados ou à encomenda de obras específicas.

Saber de que forma se encaixam os retratos modelo das rainhas do século XII no contexto peninsular e, mais precisamente, na conduta de dona Teresa, é um trabalho que está por fazer. Para isso, é necessário aprofundar os conhecimentos presentes, tanto a nível da *realidade* do governo da condessa, abordando temas como os que aqui são referidos enquanto parte do retrato de uma rainha "ideal" (relação com a Igreja, com a produção cultural, etc.), como da sua *representação*, incidindo de forma cuidadosa e exaustiva sobre os olhares de que foi objecto, procurando definir uma possível visão peninsular das implicações de um poder feminino e, paralelamente, as especificidades da situação da mulher relacionadas com a herança cultural moçárabe.

## Bibliografia

### 1. Fontes

*Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. ed. António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968.

*Anais e Crónicas*, 2ª ed., ed. A. Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982.

#### Jacques de Cessoles

- *Le Livre du Jeu d'Échecs ou la Société Idéale au Moyen Âge, XIII<sup>e</sup> Siècle*, tradução e apresentação por Jean-Michel Mehl, série «Moyen Âge», França, Stock, 1995.

*Chronica da Tomada desta Cidade de Lixboa aos Mouros e da Fundação deste Moesteiro de Sam Vicente (estudo e edição)*, ed. Joaquim Mendes, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada Medieval Portuguesa e Francesa, (exemplar policopiado). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991.

*Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L. F. Lindley Cintra, 4 vols, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990.

*Crónicas Anónimas de Sahagún*, edição crítica, notas e índices por Antonio Ubieta Arteta, Textos Medievales, nº 75, Zaragoza, Anubar Ediciones, 1987.

*Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*. ed. Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*, vol. 1, *Documentos régios*, tomo 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, pp. XVII-LX

*Historia Compostelana*. ed. Emma Falke Rey, col. Clasicos Latinos Medievales, nº 3, Madrid, Akal, 1994.

*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. ed. José Mattoso, *Portugaliæ Monumenta Historica. Nova Série*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

*Livro de Linhagens do Deão*. ed. J. Piel e José Mattoso, *Portugaliæ Monumenta Historica. Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

*Livro Velho de Linhagens*. ed. J. Piel e José Mattoso, *Portugaliæ Monumenta Historica. Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

*Narrativas dos Livros de Linhagens*, selecção, introdução e comentários por José Mattoso. s.l., Imprensa Nacional - Casa da Moeda (col. Biblioteca de Autores Portugueses), 1983.

#### Ordoño de Celanova

- *Vida y Milagros de San Rosendo*. edição, tradução e estudo por Manuel C. Díaz y Díaz, María Virtudes Pardo Gómez, Daría Vilarinho Pintos, Galicia Historica, La Coruña, Galicia Editorial - Fundacion Pedro Barrie de la Maza Conde de Fenosa, 1990.

*Portugaliæ Monumenta Historica. Scriptores*, 1, Lisboa, 1856.

### 1. Estudos

#### AMT, Emilie

- «The Noble Life» in *Women's Lives in Medieval Europe. A Sourcebook*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1993.

#### BAK, János M.

- «Queens as Scapegoats in Medieval Hungary». (texto inédito, gentilmente cedido pelo autor)

#### BARBOSA, D. José

- *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, e Critico, das Rainhas de Portugal e seus Filhos, Ordenado por D. Joze Barbosa, Clerigo Regular, Academico Real da Historia Portugueza, e Chronista da Serenissima Casa de Bragança*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Silva, 1727.

#### BARTHÉLEMY, Dominique

- «Parentesco» in *História da Vida Privada*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 2, *Da Europa Feudal ao Renascimento*, dir. Georges Duby. Porto, Edições Afrontamento, 1990 (artigo traduzido por Armando Luis Carvalho Homem), pp. 96-161.

#### BENEVIDES, Francisco da Fonseca

- *Rainhas de Portugal: Estudo Histórico com muitos documentos*. tomo I, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1878.

**BURNETT, Charles**

- «"Magister Iohannes Hispalensis et Limiensis" and Quista ibn Luqa's *De differentiæ spiritus et animæ*: a Portuguese Contribution to the Arts Curriculum?», *Mediævalia. Textos e Estudos*, 7-8, 1995, pp. 221-267.

**CHIBNALL, Marjorie**

- *The Empress Mathilda. Queen Consort, Queen Mother and Lady of the English*. 6ª ed., Oxford e Cambridge, Blackwell, 1995.

**DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.**

- «Historia Compostelana» in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. s.l., Editorial Caminho, 1993, pp. 310-311.

**DUBY, Georges**

- *Le Chevalier, la Femme et le Prêtre. Le Mariage dans la France Féodale*. s.l., Hachette (col. La Force des Idées), 1981.
- *Dames du XII<sup>e</sup> siècle*. 3 vols., Paris, Éditions Gallimard (col. Bibliothèque des Histoires), 1995.

**FERREIRA, Maria Emília Cordeiro**

- «Teresa, Condessa Dona» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 157-159.

**FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la**

- *Memórias das Rainhas de Portugal ¼ D. Theresa ¼ Santa Isabel*. Lisboa, Typographia Universal, 1859.

**GIÉS, Frances; GIES, Joseph**

- «Reigning Queen: Blanche of Castille» in *Women in the Middle Ages*. Nova Iorque, Barnes and Noble, 1980.

**GOUREVITCH, Aaron J.**

- *Les Catégories de la Culture Médiévale*. s.l., Éditions Gallimard (col. Bibliothèque des Histoires), 1983 (traduzido do Russo por Helène Courtin e Nina Godneff, *Kategorii Srednevekovoj Kul'tury*, Moscovo, Izkusstvo, 1972).

**HIGOUNET, Arlette**

- «La femme du Moyen Âge en France dans la Vie Politique, Économique et Sociale» in *Histoire Mondiale de la Femme. L'Occident, des Celtes à la Renaissance*, dir. Pierre Grimal. Paris, Nouvelle Librairie de France, 1974.

**KRUS, Luís**

- *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*. s.l., Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de investigação Científica e Tecnológica, s.d.
- «Crónica»; «Crónica Breve do Arquivo Nacional»; «Crónicas Breves de Santa Cruz»; «Crónica da Conquista do Algarve»; «Crónica de Portugal de 1419»; «Crónica Geral de Espanha de 1344»; «Historiografia Medieval» in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. s.l., Editorial Caminho, 1993, pp. 173-176; 185-186; 189-190 e 312-315.
- *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*. Redondo, Patrimonia Historica, 1994.

**LABARGE, Margaret Wade**

- «Mujeres que gobernaban: Reinas»; «Mujeres que gobernaban: Damas nobles» in *La Mujer en la Edad Media*, 2ª ed., Madrid, Editorial Nerea, 1989 (trad. Nazaret de Terán, *Women in Medieval Life*, Hamish Hamilton, 1986).

**LARRINGTON, Carolyne**

- «Women and Power» in *Women and Writing in Medieval Europe. A Sourcebook*. Londres, Routledge, 1995.

**LEJEUNE, Rita**

- «Aliénor d'Aquitanie» in *Dictionnaire des Lettres Françaises*, dir. Cardinal Georges Grente, *Le Moyen Âge*, vol. dir. Robert Bossuat, Louis Pichard e Guy Raymond de Lage, 2ª edição revista, s.l., Fayard (col. Le Livre de Poche, Encyclopédies d'Aujourd'hui), 1992, pp. 49-50.

**L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette**

- «A Ordem Feudal» in *História das Mulheres*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, vol. 2, *Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber. Porto, Edições Afrontamento, s.d., pp. 272-329.

**MATTOSO, José**

- «Dois séculos de vicissitudes políticas», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso. s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 23-164.
- «Gesta de Afonso Henriques»; «Livros de Linhagens»; «Vida de S. Geraldo» in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. s.l., Editorial Caminho, 1993, pp. 293-294; 419-421 e 666-668.
- *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*. 2 vols., 3ª ed., Lisboa, Editorial Estampa (col. Imprensa Universitária, nºs 45, 46), 1988.
- «Portugal no Reino Asturiano-Leonês» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 1, *Antes de Portugal*, coord. José Mattoso. s.l., Círculo de Leitores, 1992, pp. 438-565.
- *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores (col. História e Ensaios, nº 2), 1985.

**NASCIMENTO, Augusto Aires**

- «Vida de D. Telo»; «Vida de S. Teotónio» in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. s.l., Editorial Caminho, 1993, pp. 661-663 e 669-671.

**OLIVEIRA, Manuel Alves**

- *A Mãe da Rainha D. Teresa*. Guimarães, Centro Juvenil de S. José 1980.

**ROSSI**, Luciano

- *A Literatura Novélistica na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa - Ministério da Educação (col. Biblioteca Breve, série Literatura, nº 38), 1979 (traduzido do Italiano por Carlos Moura).

**SARAIVA**, António José

- *A Épica Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação (col. Biblioteca Breve, série Literatura, nº 29), 1991.

**SOARES**, Torquato de Sousa

- «O governo de Portugal pela infanta-rainha D. Teresa (1112-1128)» in *Colectânea de Estudos em Honra do Professor Doutor Damião Peres*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974, pp. 95-119.